



MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA ALDEIA MARAKÁ'NÀ

Flavia Meireles e Thaiany Guajajara

Este texto é fruto do encontro de Thaiany Guajajara e Flavia Meireles com o intuito de, a partir da experiência da Aldeia Maraká'nà, dar corpo a algumas questões das mulheres indígenas em contexto urbano. A ideia central é pincelar, de forma introdutória, a invisibilidade das mulheres indígenas, a cosmovisão, os sentidos da luta pela terra, da compreensão da contiguidade entre corpo e terra. Além disso, tocamos a questão do apagamento das culturas originárias e da posição das mulheres indígenas como guerreiras.

A perspectiva primordial para os/as indígenas é a da luta pela terra. Falaremos, neste caso, mais especificamente do espaço da Aldeia Maraká'nà, situado no bairro do Maraká'nà, Rio de Janeiro. A reivindicação é pela destinação desse imóvel como espaço dedicado ao encontro das diversas etnias indígenas em interação com o contexto da cidade. O movimento indígena cujo projeto é o da construção da Universidade Intercultural Indígena Aldeia Maraká'nà reivindica o protagonismo indígena em relação à terra, quebrando um histórico secular de tutela e afirmando a contribuição indígena para a construção de conhecimento e de sobrevivência no planeta.

No encontro de Thaiany e Flavia buscamos dar relevo à posição da mulher indígena em embate com a realidade urbana, a partir de um olhar interessado nas experiências de Thaiany, pertencente à etnia guajajara, na Aldeia Maraká'nà e de suas relações com o Círculo Sagrado de Mulheres, atividade coletiva permanente da aldeia, que consiste na reunião de mulheres indígenas e não indígenas para a troca de experiências e aprendizados acerca das experiências das mulheres. Flavia acompanha a luta indígena da Aldeia como apoiadora desde 2012, além de desenvolver um projeto artístico desde 2014 chamado OCUPA ÁRVORE com a liderança indígena Urutau Guajajara. O bate-papo foi, portanto, permeado por relações de parentesco, intimidade e confiança construídas ao longo dos anos e que agora se desdobra nesse olhar mais detido sobre as mulheres indígenas como guerreiras. Um ponto de apoio importante foi a leitura da entrevista que Potyra Krikati concedeu para o livro *Guerreiras*, com organização da antropóloga e indígena Aline Pachamama, bem como a entrevista feita por Judith Payró a Potyra Krikati sobre o Círculo Sagrado de Mulheres na Aldeia.

Reconhecemos, então, que esse espaço alia a escuta das mulheres indígenas a aprendizados mútuos, situando as diferenças entre indígenas e não indígenas como modos de interação e troca. Percebemos, também, como essas diferenças são resultado de sucessivos apagamentos históricos e do processo colonizador, ainda em curso de maneiras às vezes brutais e também de mais sutil percepção. Nosso estímulo é, então, fazer emergir esses conhecimentos das mulheres indígenas nesse espaço de troca e negociação entre linguagens, visões e mundos. Thaiany Guajajara ressalta como o conhecimento, por exemplo, do plantio e da manipulação das ervas é presente e vivo entre as mulheres guajajaras e como a base da indústria farmacêutica são as ervas e plantas que, modificadas e industrializadas são apropriadas e retornam às pessoas por meio do consumo e de tratamentos mediados pela medicina ocidental.

Em uma perspectiva não indígena, um problema que se coloca como primeiro acerca das mulheres indígenas é a fricção e o embate entre os discursos sobre a divisão entre os gêneros – imantados que são pela cultura ocidental – e as cosmovisões das culturas indígenas acerca das mulheres. Por um lado, os discursos sobre os gêneros são flagrados em sua vontade de dar conta, com suas elaborações teóricas e práticas, da totalidade dos seres humanos, com divisões que têm genealogia na modernidade ocidental. Por outro lado, as culturas dos povos originários emergem – não somente mas também – como resultado da imposição das culturas dominantes ao pluriverso ameríndio, em que o traço da colonização define muitas vezes o que se imprime culturalmente.

Esse duplo aspecto instaura uma geopolítica e uma historicidade que têm data e lugar precisos há 519 anos no continente americano. Numa perspectiva não indígena, não há como pensar em mulheres indígenas sem esse traço colonial marcando de forma distinta a perspectiva de gênero. Gênero e sexo deixam de ser algo que abarca todos os homens e todas as mulheres (promessa sempre reiterada pelo Ocidente) para adquirir uma perspectiva particular a partir do lugar de onde se fala. Lembremos aqui que a abordagem interseccional¹ se faz muito útil para compreender como os marcadores de gênero, raça, classe, posição geográfica, idade etc. emergem e marcam de forma simultânea e diferente os corpos. Nessa perspectiva, que aqui será apenas anunciada, é possível compreender que os diferentes marcadores distribuem socialmente os papéis e os corpos, e também é possível identificar como o isolamento de um marcador, por exemplo, de gênero, em detrimento dos demais (raça, classe, idade etc.) faz-nos perder o modo intrincado de exercício de poder entre eles.

Assim, a proveniência indígena coloca desafios e particularidades culturais às divisões ocidentais de gênero e sexo, não se conformando totalmente em

correspondências nem diretas, nem fáceis. É, ao contrário, na difícil articulação entre pelo menos dois universos, sistemas de pensamento e modos de existir que se forjam as ideias sobre as mulheres indígenas. É a partir do esforço em desaprender o sistema de educação colonial que este texto procura levantar, de forma introdutória, as questões das mulheres nesse encontro de culturas, com correspondências, reciprocidades e diferenças.

Há um contorno cultural mútuo que é preciso atravessar e que filtra o que se concebe como gênero e divisão sexual em relação às mulheres indígenas. O paradoxo, entretanto, é que essas divisões culturais não são dados estáveis e passam, elas também, por transformações. Lidar com o pluriverso indígena requer uma ação consciente, deliberada, de amplificação de escuta e de diminuição das certezas. Daí provém, justamente, sua riqueza: uma bem-vinda, mas não fácil nem harmônica, multiplicidade acerca dos modos de existir e viver.

Palavras como “mulher”, “feminino”, “sagrado” precisam então ser vistas na particularidade de cada etnia e em cada momento, percebendo a que servem e em que situação são enunciadas. É preciso, então, captar uma compreensão mais ampliada, e não associações diretas ao sentido que damos a essas mesmas palavras. É uma costura que se faz pelas beiradas, com a experiência, escutando determinados termos que são problemáticos, para ver onde eles vão dar como modo de enxergar e viver.

Um ponto interessante e que é um traço comum nas etnias indígenas é a continuidade entre corpo e terra. Na aula pública ministrada na Cinelândia, em 2017, e que foi publicada posteriormente no ensaio *Involuntários da pátria*, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro² dá uma formulação filosófica para algo que se escuta, com Urutau Guajajara, na Aldeia Maraká'nà: o sentido de pertencimento à terra. Essa ideia de que o indígena não possui a terra mas é ela que possui o indígena sacode o que chamamos de propriedade privada. As retomadas

têm esse sentido de reconexão com a terra. Também associada a essa ideia está a compreensão de que a terra é viva, Pachamama, não como mera representação, mas como uma realidade da qual se cuida e que se cultiva como um ser vivo.

Outro ponto importante a mencionar é a invisibilidade com que as mulheres indígenas têm que lidar cotidianamente. O apagamento das culturas originárias, isto é, o esforço por fazer desaparecer os traços dessas culturas na cultura hegemônica passa por processos complexos de racismo, discriminação e diferenciação. A constituição do Brasil como nação foi feita subordinando povos originários e povos vindos do continente africano em formas que ainda estamos por identificar completamente para uma ação antirracista e antissexista que vise à transformação dessas estruturas. Uma forma de fazer perdurar esse apagamento é congelar a imagem do indígena no passado, puro, intocado, a “exigência do perfil de índio que traz imagem cristalizada”.³ Interditar-lhe sua cidadania plena, especialmente quando está na cidade, é um dos processos de apagamento e subordinação, além do preconceito envolvido em relação a afirmar e sustentar ser indígena.

No recente levante feminista que percebemos nos grandes centros urbanos, a questão da mulher indígena com dificuldade é trazida para o centro do debate. Ainda há muito trabalho dos diversos feminismos a fim de abraçar e contemplar as especificidades das mulheres indígenas. Uma interessante formulação de Thaiany Guajajara é como a mulher da etnia guajajara tem uma posição forte perante a comunidade. A ideia de sexo frágil passa longe da realidade vivida pelas mulheres indígenas guajararas, que são estimuladas a ser guerreiras, no sentido da luta cotidiana e da luta espiritual. E essa guerreira não é separada de uma coletividade; ao contrário, ela se fortalece na companhia de outras mulheres.

O Círculo Sagrado de Mulheres da Aldeia Maraká'nà é um espaço em que esse fortalecimen-

to mútuo é exercitado. Thaiany Guajajara aponta como as questões das mulheres, quando trabalhadas na coletividade, ganham uma dimensão de apoio mútuo, pois a questão individual é, antes, compreendida como social. O Círculo também serve como espaço seguro para que questões de maior vulnerabilidade sejam abordadas e nele fiquem contidas. É um exercício de confiança e abertura de que a troca, ainda que em assuntos dolorosos (e no caso das mulheres isso não é raro), fortalece todas as envolvidas.

Sem a pretensão de esgotar as questões das mulheres indígenas no contexto urbano, este texto traz um fragmento de algumas reflexões sobre os embates e diferentes perspectivas do encontro entre culturas ocidentais e indígenas, cheio de contradições e paradoxos. É um convite, na verdade, para uma experiência mais demorada junto à Aldeia Maraká'nà e um olhar mais aberto às vivências que ali se dão.

NOTAS

1 Creenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-179, 2002.

2 Viveiros de Castro, Eduardo. Involuntários da pátria. São Paulo: N-1 Edições, 2018. (Coleção Pandemia, 1).

Thaiany Guajajara tem 25 anos e pertence à etnia guajajara. Nascida no Rio de Janeiro, estudante de antropologia na UFF, faz parte da luta na Aldeia Maraká'nà desde os 17 anos. É integrante da roda de mulheres na Aldeia, que tem o objetivo de resgatar os saberes ancestrais e aproximar os laços do corpo das mulheres com a terra.

Flavia Meireles tem 41 anos, professora de dança do CEFET-RJ, doutoranda em comunicação e cultura na PPGCOM/ECO (UFRJ) e apoiadora da Aldeia Maraká'nà desde 2012.